



GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 78.069.143/0001-47

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL N.º 7.571 DE 27/04/1982

Lei Nº. 424/2012

Súmula: Dispõe sobre pagamento de débitos ou obrigações do Município de Altamira do Paraná, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, em razão da Emenda Constitucional nº 062/2009, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgadas, consideradas Requisição de Pequeno Valor (RPV).

A Câmara Municipal de Altamira do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI MUNICIPAL:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Altamira do Paraná, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, em razão da Emenda Constitucional nº. 062/2009, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerada Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Art. 2º - O pagamento de débitos ou obrigações do Município de Altamira do Paraná, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de pequeno valor, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, será feito diretamente pela Secretaria Municipal de Finanças, à vista do ofício requisitório expedido pelo órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Requisição de Pequeno Valor – RPV).

§ 1º - Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que não excedam ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, consistente atualmente em R\$ 3.912,20 (três mil novecentos e doze reais e vinte centavos).

§ 2º - Havendo a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº. 62/2009, com efeito “erga omnes”, o valor admitido para RPV será fixada em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 3º - Os pagamentos das RPV de que trata esta Lei serão realizados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal de Finanças, com prazo de 12 (doze) meses para providências necessárias à quitação do débito de pequeno valor.

Art. 4º - Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento municipal.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, em 27 de novembro de 2012.

Jose Amaro Bitencourt Filho
Prefeito Municipal

ASSINATURA NO ORIGINAL

PUBLICADO 29/11/2012
JORNAL CORREIO DO CIDADÃO
FOLHA CORREIO ESPORTES 06